

## PREFÁCIO

É com muito gosto que correspondo ao convite do Mestre Bernardo da Costa Faria para escrever algumas palavras a jeito de prefácio a este seu livrinho, que tem por título “Perda alargada de bens no sistema penal português”. Livrinho pela extensão, mas não pela qualidade que é grande.

O livro corresponde no essencial à tese de mestrado que o Autor apresentou no Curso de Mestrado Forense na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. É, por isso, um trabalho académico bem refletido na sua estrutura em que, definidos os conceitos e descrito o regime, se dá conta da evolução do instituto e dos trilhos doutrinários e jurisprudenciais do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e das relações e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, tudo com o rigor que um trabalho desta natureza exige.

A novidade do livro consiste naturalmente na posição adotada pelo Mestre Bernardo Faria quanto à

natureza jurídica da perda alargada e suas consequências, alargada à apreciação crítica da transposição da Diretiva 2014/42/EU e à tentativa de configuração do estatuto jurídico de terceiros no âmbito da Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro.

O tema da perda alargada de bens é de grande atualidade e relevância prática, mas, não obstante introduzido no sistema legal português há mais de 20 anos, continua a merecer a atenção da doutrina e controvérsia sobre alguns elementos essenciais do regime. Não cabe no prefácio a apreciação das soluções apresentadas, mas tão só abonar a qualidade da obra e a idoneidade do seu Autor, atestadas, aliás, pela alta classificação que lhe foi atribuída pelo júri que apreciou a tese em provas públicas.

Este livro é a primeira publicação do Mestre Bernardo da Costa Faria. É uma amostra, a dar conta da sua capacidade de investigador e uma promessa de futuros trabalhos se os caminhos da sua vida profissional, que ora começa, o permitirem. Aguardo com esperança de que veremos outras obras da sua autoria na certeza de que não frustrará a minha expectativa de sucesso pela sua capacidade e vontade de fazer de que me aprecebi enquanto foi meu aluno.

Lisboa, 3 de agosto de 2022.

Germano Marques da Silva

## ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS . . . . .	15
INTRODUÇÃO. . . . .	17
<b>CAPÍTULO I – A evolução da “perda alargada”: da proibição do confisco à máxima de que “o crime não compensa” . . . . .</b>	<b>21</b>
1. De instrumento arbitrário do poder a estratégia global de política criminal . . . . .	21
2. O sistema português de perda alargada de bens no contexto dos demais modelos de confisco: uma perspetiva de direito comparado . . . . .	24
<b>CAPÍTULO II – O regime da perda alargada na Lei n.º 5/2002 e o funcionamento da presunção . . . . .</b>	<b>27</b>
1. Requisitos de “ativação” da presunção . . . . .	27
a) Condenação pela prática de crime do catálogo . . . . .	27
b) Existência de património. . . . .	29

c) Incongruência patrimonial . . . . .	30
d) Atividade criminosa: um quarto requisito? . . . . .	31
2. Meios de ilusão da presunção . . . . .	34

**CAPÍTULO III – Da admissibilidade jurídico-constitucional da presunção de origem ilícita do património dito “incongruente”: um problema de índole dogmática . . . . . 37**

1. Itinerário pelos “trilhos” doutriniais . . . . .	38
2. Posição da jurisprudência do Tribunal Constitucional . . . . .	44
3. Posição da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações . . . . .	48
4. O sentido da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem . . . . .	50
5. Posição adotada . . . . .	53
a) Natureza jurídica da perda alargada . . . . .	53
b) Consequências da posição adotada . . . . .	60

**CAPÍTULO IV – Diretiva 2014/42/UE e a lei que a tranpôs: a (des)conformidade da perda alargada com as obrigações europeias . . . . . 67**

1. Um catálogo legal deficitário . . . . .	68
2. A perda alargada do valor do património incongruente . . . . .	70
3. A presunção de ilicitude: uma solução mais ampla que a da diretiva . . . . .	75
4. Exigência de prova da atividade criminosa: um retrocesso que não se admite . . . . .	76
5. Perda do património congruente: uma oportunidade perdida . . . . .	78

<b>CAPÍTULO V – Os terceiros e a perda alargada: tentativa de configuração de um estatuto jurídico . . .</b>	<b>81</b>
1. Confisco de bens de terceiros na jurisprudência do TEDH . . . . .	82
2. A Diretiva 2014/42/UE e a perda dos bens de terceiros . . . . .	86
3. O regime da perda de bens de terceiros na Lei n.º 5/2002 . . . . .	88
a) Bens de terceiros suscetíveis de perda . . . . .	88
b) Estatuto jurídico-processual dos terceiros . . . . .	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .	101
BIBLIOGRAFIA . . . . .	105
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	108